

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Versão 002 - 09/2023

1. OBJETIVOS



O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) se compromete com a proteção da privacidade e dos dados pessoais, através da adoção de práticas transparentes, seguras e alinhadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) no desenvolvimento de suas atividades.

A presente Política, portanto, tem como finalidade promover uma cultura alinhada à privacidade e à proteção dos dados pessoais, por meio da conscientização de seus servidores e da transparência nas atividades que envolvem dados pessoais, de modo que os titulares sejam informados acerca da forma e finalidade dos tratamentos realizados.



Nesses termos, a Política objetiva prevenir desconformidades e possíveis incidentes de segurança envolvendo dados pessoais na Autarquia, além de informar os titulares, que são servidores, terceiros e beneficiários do Regime de Previdência Estadual e dos fundos de previdência do Estado do Pará acerca dos seus direitos.

2. ABRANGÊNCIA E APLICABILIDADE

A Política se aplica a todas as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pelo IGEPPS no desenvolvimento de suas atividades e processos internos, bem como à totalidade dos recursos humanos da Autarquia. Destaca-se que, dentro do seu escopo de aplicação, a Política possui observância compulsória.



3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Agentes de Tratamento: o controlador e o operador (art. 5º, inciso IX, LGPD).

ANPD ou Autoridade Nacional de Proteção de Dados: órgão da Administração Pública Federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (art. 5º, XIX, LGPD).

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (art. 5º, inciso VI, LGPD).

Dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, informação ou dado que identificam o titular, de maneira direta ou indireta (art. 5º, inciso I, LGPD).

Dado pessoal sensível: dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político; dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (art. 5º, inciso II, LGPD).

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO): pessoa (física ou jurídica) indicada pelo IGEPPS para atuar como canal de comunicação entre o Instituto, os titulares dos dados e a ANPD (art. 5º, VIII, LGPD). O contato com o DPO no âmbito da Autarquia pode ser realizado através do e-mail: **dpo@igepps.pa.gov.br**.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador (art. 5º, inciso VII, LGPD).

Titular dos dados pessoais: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (art. 5º, inciso V, LGPD).

Tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (art. 5º, inciso X, LGPD).

4. RESPONSABILIDADE

O IGEPPS tem responsabilidade de manter os dados pessoais dos titulares em segurança, conforme previsto nesta Política. Nesses termos, os servidores e terceiros relacionados com a Autarquia possuem a responsabilidade de realizar o tratamento dos dados pessoais de modo a garantir a proteção dos dados e a concretização dos direitos dos titulares.



Destaca-se que o compromisso com a segurança da informação, privacidade e proteção de dados é responsabilidade de todos no exercício de suas atividades, a partir da observância desta Política e dos demais instrumentos do Sistema de Privacidade e Proteção de Dados do IGEPPS.

5. PRINCÍPIOS

O IGEPPS reconhece a importância dos princípios para a garantia de proteção da privacidade e dos dados pessoais dos indivíduos, assim como para a salvaguarda da conformidade da Autarquia. Diante disso, o Instituto adere o conjunto de princípios que orientam as operações de tratamento de dados pessoais:

- a)** Legalidade, finalidade e boa-fé;
- b)** Adequação e necessidade;
- c)** Livre acesso, qualidade dos dados e transparência;
- d)** Não discriminação;
- e)** Segurança e prevenção;
- f)** Responsabilização e prestação de contas.



6. NORMAS GERAIS PARA AS OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE DADOS

6.1. Confidencialidade

O IGEPPS possui procedimentos e mecanismos que facultam o acesso aos dados pessoais aos servidores e terceiros, com base na necessidade do acesso, a fim de garantir o sigilo e o desenvolvimento seguro e eficaz das responsabilidades.

6.2. Privacy by Design

O IGEPPS adota uma abordagem baseada na integração da proteção da privacidade e dos dados pessoais no projeto, operação e gestão dos sistemas organizacionais, de tecnologia da informação, infraestruturas de rede e procedimentos da Autarquia desde o início de qualquer prática.

6.3. Proteção da privacidade e dos dados pessoais

O IGEPPS se compromete a garantir a privacidade e proteção dos dados pessoais dos indivíduos, considerada a sensibilidade, o volume e a complexidade das operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Autarquia. Nesses termos, o IGEPPS adota medidas organizacionais a fim de resguardar as informações. Dentre as medidas adotadas, incluem-se:

- Elaboração e disponibilidade de Políticas e outros instrumentos de orientação;
- Fomento da conscientização e treinamento contínuo dos servidores;
- Garantia de segurança e qualidade das instalações, equipamentos e demais insumos da Autarquia;
- Disponibilidade de infraestrutura e pessoal qualificado em Tecnologia e Segurança da Informação.

6.4. Retenção, armazenamento e eliminação



O IGEPPS assegura a retenção dos dados pessoais pelo tempo estritamente necessário para atender à finalidade que ensejou a operação de tratamento realizada pela Autarquia, excetuadas as hipóteses estabelecidas na LGPD. Ainda, o armazenamento dos dados pessoais tratados pelo IGEPPS é realizado em locais que permitem a segurança e integridade das informações, com observância da legislação aplicável.

Outrossim, findo o período de retenção e não havendo uma finalidade específica e hipótese legal para continuidade do armazenamento, o IGEPPS garante a adoção de mecanismos adequados de anonimização ou eliminação dos dados, a partir da sua destruição em caso de documentos físicos ou devida exclusão dos sistemas em caso de manutenção digital.

6.5. Direitos dos titulares dos dados pessoais

O IGEPPS assegura o respeito e viabiliza os mecanismos adequados ao exercício dos direitos conferidos aos titulares dos dados pessoais pela LGPD. Neste sentido, elenca-se a seguir os direitos que os titulares podem exercer perante a Autarquia:



- Confirmar a existência de tratamento de dados pessoais de sua titularidade na Autarquia;
- Solicitar acesso aos dados pessoais de sua titularidade;
- Solicitar a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- Requerer a exclusão dos seus dados pessoais tratados pela Autarquia, após decorrido o prazo mínimo legal para armazenamento;



- Solicitar informação acerca das organizações com as quais o IGEPPS compartilhou seus dados pessoais;
- Solicitar informação referente à possibilidade de não oferecer o consentimento em casos de tratamento fundamentados nesta base legal, bem como as consequências da negativa;
- Revogar seu consentimento e solicitar a eliminação dos dados tratados a partir desta base legal.

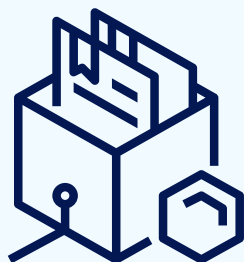
6.6. Boas práticas

O IGEPPS respeita as normativas referentes à proteção de dados, motivo pelo qual possui um Sistema de Privacidade e Proteção de Dados a fim de garantir a aplicação das melhores práticas, diretrizes e normas concernentes ao tema, para garantir a proteção dos dados dos titulares.

Nesses termos, o IGEPPS possui um mapeamento dos processos que realiza tratamento de dados, com as devidas bases legais e finalidades. Ainda, há mapeamento dos terceiros relacionados e dos sistemas de armazenamento e coleta de dados utilizados pela Autarquia.

O IGEPPS também possui uma Matriz de Riscos que verifica as ameaças relacionadas às atividades com tratamento de dados, com base na LGPD e demais normas, como as normas ISO/IEC 27000, 27700 e 31000, a fim de garantir o efetivo desempenho do Sistema de Privacidade e Proteção de Dados do Instituto.

6.7. Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais



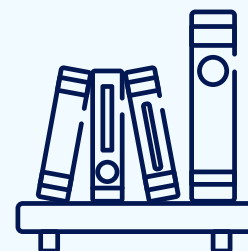
O IGEPPS assegura a elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais ('RIPD') em relação aos riscos classificados como altos e extremos, em cumprimento ao disposto nos artigos 32 e 37 da LGPD.¹

6.8. Compartilhamento de dados pessoais

Cumprir informar que o IGEPPS, dentro das suas atribuições, poderá realizar compartilhamento dos dados pessoais com outras organizações, quando necessário contratualmente ou legalmente, com fundamento nas finalidades informadas nesta Política. Destaca-se que o Instituto utiliza garantias contratuais e técnicas apropriadas para cada situação, além de total observância quanto aos limites indicados pela LGPD e demais normativas relacionadas ao tema.

7. FORMA DE COLETA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com fundamento nos artigos 7º, 11 e 14, o IGEPPS realiza a coleta de dados pessoais comuns, sensíveis e de crianças e/ou adolescentes, de maneira que o tratamento é realizado de modo estritamente necessário para cumprimento das finalidades legítimas da Autarquia, sendo algumas delas:



¹ Art. 32. A autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.
Art. 37. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

- a) Gestão dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Pará;
- b) Controle interno e garantia da transparência;
- c) Pagamento aos beneficiários;
- d) Atendimento aos beneficiários;
- e) Gestão dos servidores do Instituto;
- f) Procedimentos internos para o funcionamento do Instituto.



A coleta dos dados pessoais tratados pelo IGEPPS é realizada, majoritariamente, através das seguintes formas: fornecimento pelo titular, por terceiro ou consulta em ativo, ou seja, sistemas ou aplicações.

Ainda, a fim de realizar esta coleta de dados pessoais, as principais bases legais que fundamentam o tratamento de dados pessoais pelo IGEPPS são:



- a) Cumprimento de obrigação legal (Art. 7º, II, Art. 11, II, alínea "a", LGPD);
- b) Execução de políticas públicas (art. 7º, III, Art. 11, II, alínea "b" LGPD);
- c) Execução de contrato (art. 7º, V, LGPD);
- d) Exercício regular de direitos (art. 7º, VI, Art. 11, II, alínea "d", LGPD);
- e) Consentimento (Art. 7º, I, Art. 11, I e Art. 14, LGPD);
- f) Legítimo interesse (art. 7º, IX, LGPD).

8. SANÇÕES

O IGEPPS assegura a investigação e a aplicação de sanção adequada às violações, ainda que por omissão, desta Política e dos demais instrumentos componentes do Sistema de Privacidade e Proteção de Dados da Autarquia.



9. ATUALIZAÇÕES



Esta Política poderá sofrer alterações, de modo a refletir de maneira transparente as práticas relacionadas à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do IGEPPS. Neste caso, o IGEPPS disponibilizará o documento atualizado através do site e demais meios disponíveis, como e-mail.

De todo modo, recomenda-se a revisitação à presente Política de maneira periódica, a fim de manter sempre atualizado o conhecimento acerca das boas práticas da Autarquia.



10. CANAIS DE COMUNICAÇÃO



Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, os titulares poderão entrar em contato com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais através do e-mail: **dpo@igepps.pa.gov.br**. Ainda, este endereço de e-mail será utilizado a fim de que os titulares exerçam seus direitos, conforme determina o art. 18 da LGPD.

11. CONTROLE DE REVISÕES

Versão 001 (Emissão inicial)	Política de Privacidade	Data de Aprovação: 12/05/2022
Elaborador: Argo Inteligência Digital	Revisor:	Aprovado por:
Versão 002	Política de Privacidade	Data de Aprovação:
Elaborador: Pironti Advogados e Consultores Associados	Revisor:	Aprovado por:

www.igepps.pa.gov.br

@igepps.pa **f Igepps PA** **X igepps_pa**



GOVERNO DO
PARÁ